

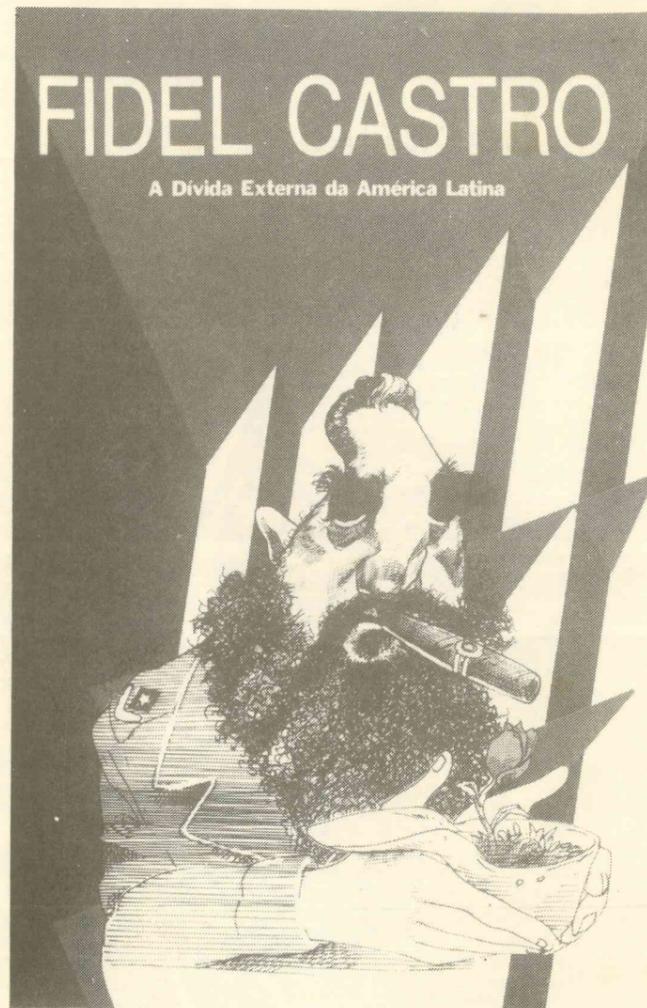
WERNER FUCHS

# OS COMUNISTAS E A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ



Edições

WR



Publicação Novos Rumos

## Os comunistas e a reforma agrária no Paraná

São Paulo  
1986

Produção Gráfica:  
Arnaldo Augusto

Ilustrações:  
Mauro Andriole

Fotografias:  
Arquivo Voz

Composição, fotolitos e impressão:  
Cia. Editora Joruês

Editora Novos Rumos Ltda.  
Rua 7 de Abril, 230, 13º andar cj. 133  
Fone: 258-5988  
São Paulo - SP

## Índice

1. Introdução.....	5
2. Histórico da Reforma Agrária.....	6
2.1. A Ocupação do Paraná.....	6
2.2. A Ocupação do Paraná, Moderno-Norte, Oeste e Sudoeste.....	7
2.3. Sindicalização dos Camponeses.....	10
3. A realidade atual do Paraná.....	11
3.1. A Concentração Fundiária no Paraná.....	11
3.2. O Êxodo Rural.....	12
3.3. Os Agricultores Sem-Terra e os Assalariados Rurais.....	13
3.4. O Decréscimo da Produção Alimentar.....	16
3.5. A Concentração Fundiária no Paraná.....	17
3.6. O Aumento da Desigualdade na Distribuição da Renda Agrícola.....	18
3.7. A Exploração do Trabalho do Menor e da Mulher.....	19
4. Considerações sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária.....	21
5. A Proposta dos Comunistas do Partido Comunista Brasileiro — PCB.....	22

Produção Gráfica:  
Arnaldo Augusto

Ilustrações:  
Mauro Andriole

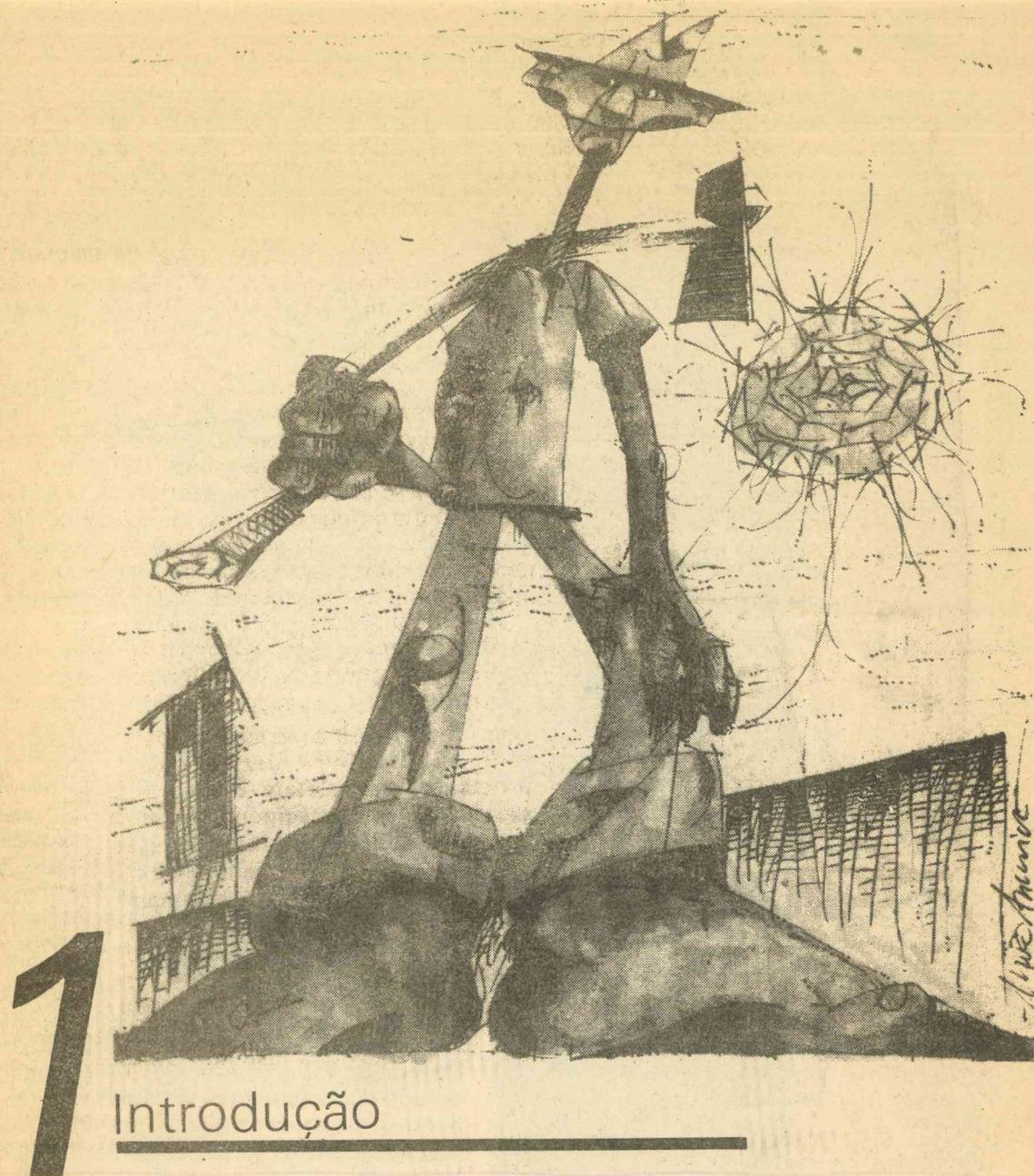
Fotografias:  
Arquivo Voz

Composição, fotolitos e impressão:  
Cia. Editora Joruês

Editora Novos Rumos Ltda.  
Rua 7 de Abril, 230, 13º andar cj. 133  
Fone: 258-5988  
São Paulo - SP

## Índice

1. Introdução.....	5
2. Histórico da Reforma Agrária.....	6
2.1. A Ocupação do Paraná.....	6
2.2. A Ocupação do Paraná, Moderno-Norte, Oeste e Sudoeste.....	7
2.3. Sindicalização dos Camponeses.....	10
3. A realidade atual do Paraná.....	11
3.1. A Concentração Fundiária no Paraná.....	11
3.2. O Êxodo Rural.....	12
3.3. Os Agricultores Sem-Terra e os Assalariados Rurais.....	13
3.4. O Decréscimo da Produção Alimentar.....	16
3.5. A Concentração Fundiária no Paraná.....	17
3.6. O Aumento da Desigualdade na Distribuição da Renda Agrícola.....	18
3.7. A Exploração do Trabalho do Menor e da Mulher.....	19
4. Considerações sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária.....	21
5. A Proposta dos Comunistas do Partido Comunista Brasileiro — PCB.....	22



De acordo com a nossa realidade, os comunistas paranaenses vinculados ao Partido Comunista Brasileiro —(PCB) estão ajudando a construir, junto com os trabalhadores e o povo, o caminho brasileiro para o socialismo.

Entre vários aspectos da nossa realidade, está o problema da terra, a necessidade de uma reforma agrária: o Brasil é um continente onde existem realidades agrárias diferentes.

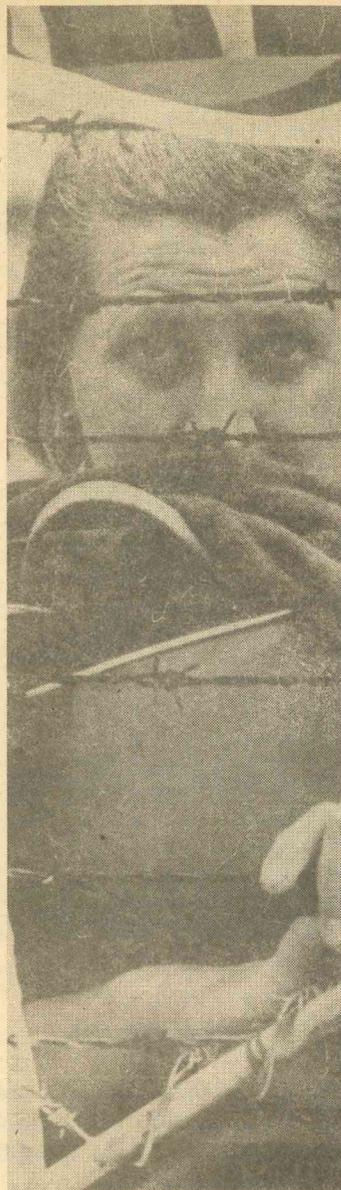
Elaboramos este documento sobre a realidade agrária paranaense como contribui-

ção ao processo da reforma agrária brasileira. Trata-se de um documento preliminar que esperamos seja discutido, criticado e melhorado.

Hoje é pequena nossa participação direta na luta pela Reforma Agrária no Paraná, seja no sindicalismo rural, seja no movimento dos sem-terra. Atuamos de forma indireta, apoiando todas as iniciativas e lutas do movimento popular e camponês. Este documento tem a finalidade de esclarecer nosso posicionamento e recuperar nosso papel e atuação direta.

# 2

## Histórico da Reforma Agrária no Paraná



### 2.1. A Ocupação do Paraná

Até 1822, a ocupação da terra ocorreu através do sistema de sesmarias, que era a aplicação, no Brasil, do Código Português de 1375. Recebia Carta de Sesmaria não quem estivesse disposto a trabalhar um pedaço de terra mas sim, a pessoa que tinha influência no Governo e sabia como requerer as Cartas e obter o deferimento.

Eram grandes as áreas de terras. O Sistema de Sesmarias deu origem ao latifúndio no Brasil. Porém, a grande maioria dos que vinham ao Brasil não eram sesmeiros e sim, posseiros. A luta do posseiro, portanto, vem desde a época colonial.

Sobre o assunto escreveu Joaquim Nabuco: "o antigo viçoso sistema de sesmarias e do direito de posse, produziu o fenômeno de achar-se ocupado quase todo o solo por uma população relativamente insignificante, que não cultiva nem consente que seja cultivada, enquanto a população 'livre' que trabalha na terra por favor dos donos da terra, vive em estado de contínua dependência". Vemos, assim, desde o Brasil colonial a luta entre sesmeiro e posseiro.

No Paraná, o povoamento foi semelhante. Sobre o assunto, o trabalho "Nota Prévia ao Estado da Ocupação da Terra no Paraná Moderno" publicado no Boletim n.º 7 do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, escreve: "A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano não ocupou todas as terras de campo, que em largas faixas cercadas por imensas florestas vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, Campos de Guarapuava, Campos de Palmas, até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul".

Este é considerado o Paraná tradicional. Em 1772 existiam nesta área, cerca de 50 grandes fazendas, cujos tamanhos variavam entre 4 mil a 8 mil alqueires paulistas. Convém esclarecer que ao lado destes potentados o posseiro e, principalmente, o escravo eram quem efetivamente trabalhavam e produziam as riquezas daquele período histórico.



### 2.2. Ocupação do Paraná Moderno — Norte, Oeste e Sudoeste

A ocupação do norte, oeste e sudoeste do Paraná, ocorreu de forma diferente, isto é, após a existência da Lei da Terra n.º 601, de 1850, que estabelecia a aquisição de terras devolutas por compra.

A ocupação desta rica região do Paraná ocorreu no período do domínio do capital inglês no Brasil. O governo do Paraná concedia grandes áreas de terra a companhias particulares, principalmente inglesas e argentinas para explorar, inclusive madeira e erva-mate.

Essas companhias eram espoliadoras, depredadoras e de exploração, tidas como pertencentes à economia capitalista moderna. Nas áreas titulares para essas companhias existiam milhares de posseiros.

Sobre o assunto, lê-se no trabalho anteriormente citado: "Do ponto de vista social, a existência no Paraná de milhares de posseiros, e a sua luta pelo domínio pleno da terra que ocupavam, com suas roças e ranchos desde anos, e que lhes eram arrebatadas por terceiros, geralmente figurões da cidade, constitui o mais dramático aspecto das questões agrárias do Paraná". Mais adiante escreve: "Intrusos e grileiros, via de regra

com o concurso de jagunços, pistoleiros de ofício, intranquilizavam posseiros e sitiantes, obrigados também, muitas vezes a reagir à bala, de sorte que muitos capítulos da história da ocupação da terra do Paraná moderno, foram escritas com fogo e sangue".

A grilagem da terra no Paraná fica clara no Relatório da Interventoria Federal do Paraná ao Presidente da República, relativo ao período de 1932 a 1944, quando relaciona 20 grandes grilos de terra no Paraná, perfazendo uma área total de 2.434.567 alqueires, quase 20% de todo o território do Estado. Existiam, inclusive, grilos com mais de 400 mil alqueires, como o Reconquista e o Bandeirantes.

A situação era tão séria, que em 1940 o Interventor Manoel Ribas afirmou: "precisamos acabar com esses senhores feudais". Quase toda a área grilada era ocupada por milhares de posseiros, os quais, como pioneiros, desbravaram e povoaram, de fato, o Paraná.

Portanto, em todas as regiões do Paraná ocorreram lutas, principalmente entre posseiros e grileiros. Não foram poucos os que morreram defendendo a posse da terra, contra a ganância de minorias privilegiadas, em Apucarana, Jaguapitã, Campo Mourão, Porecatu, Pitanga, Guaraniaçu,



Guaíra, Cascavel, Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Medianeira, enfim, em quase todo o Paraná.

Três lutas, porém, merecem destaque: Contestado, Porecatu e Sudoeste. A Guerra do Contestado, entre 1912 e 1914, envolvendo o Paraná, Santa Catarina e o Governo Federal, mobilizou e envolveu quase todo o Exército Nacional para vencê-la. Na essência, a Guerra do Contestado foi uma luta pela terra. Nas paredes da estação de São João, os revoltosos escreveram o seguinte: "O Governo da República toca os filhos dos terrenos que pertencem à nação, e vende para os estrangeiros, nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer nossos direitos". No bolso de um guerrilheiro morto, encontrou-se uma carta onde lia-se: "Nóis não têm direito de terra, tudo é para as gente da Oropa".

A Guerra do Contestado terminou com o massacre dos revoltados, pelos policiais do Estado do Paraná e Santa Catarina e pelo

Exército Nacional.

A segunda grande luta, muito violenta, foi em Porecatu, nos anos de 1951 e 1952 e dirigida pelo Partido Comunista Brasileiro.

No primeiro combate ocorreram muitas batalhas entre posseiros e tropas do governo e morreram 4 posseiros e 6 elementos da polícia.

Os posseiros armados agiam na região entre os rios Paranapanema, Centenário, estrada de Porecatu, Centenário do Sul e Ribeirão do Pinhal.

Antonio Billar um dos líderes da revolta de Porecatu, em declaração à revista O Cruzeiro afirmou: "Quando nós chegamos, o sertão era bruto e a civilização um sonho. Compramos a terra, sangramos as mãos, pagamos impostos, vivemos felizes. E agora nos expulsam, mas só sairemos mortos".

A luta de Porecatu levou o governo a aplicar pela 1ª vez na história do Brasil, segundo os historiadores paranaenses, a des-

propriação de terra com base no interesse social. O governo do Estado declara de utilidade pública as terras litigiosas de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas, fundamentando-se no preceito constitucional do interesse social.

A terceira grande luta deu-se no Sudoeste do Paraná, em 1957. Foi, talvez a maior movimentação de posseiros ocorrida no Paraná. Milhares de posseiros pegaram em armas e se apoderaram de quase todos os municípios do Sudoeste do Paraná, expulsando as autoridades constituídas. No dia 10/10/1957, cerca de 4.000 posseiros armados tomaram Francisco Beltrão. O mesmo ocorreu em Pato Branco, Santo Antonio, Capanema e outras cidades. No Sudoeste a principal grileira era a Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA).

Na luta do Sudoeste, os posseiros saíram vitoriosos, conseguiram expulsar os grileiros e levar os governos Estadual e Federal a criar o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), bem como a legalizar as terras aos posseiros da região. As lutas travadas em Porecatu, em 1952, e no Sudoeste do Paraná, em 1957, merecem uma reflexão. Apesar de causas e objetivos semelhantes, tiveram desenvolvimentos diferentes.

*Quanto às formas de luta:* Em Porecatu, a luta teve cunho bastante violento, ocorrendo muitas batalhas entre posseiros e a polícia, ficando restrito ao campo, enquanto no Sudoeste, foi mais um movimento de massa de milhares de posseiros, que tomaram as cidades e destituíram o poder constituído.

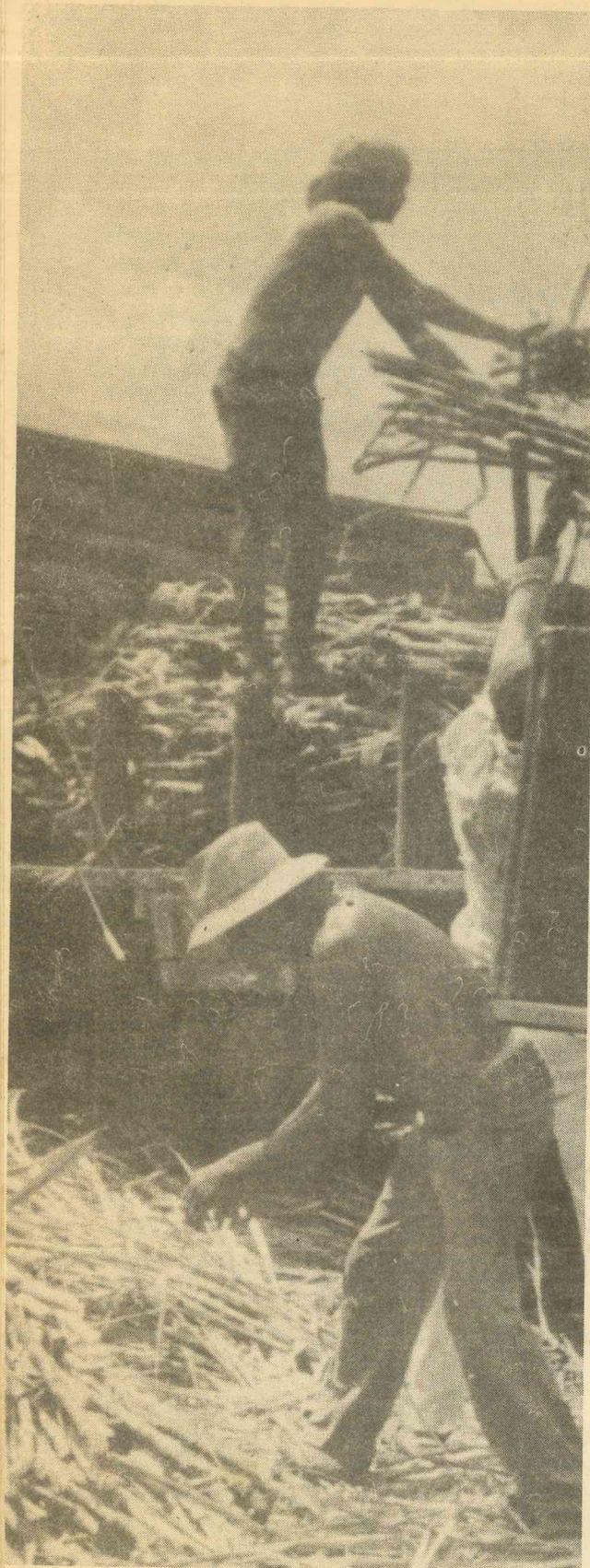
*Quanto à Liderança:* Em Porecatu, a liderança estava nas mãos do Partido Comunista e no Sudoeste a liderança era do PTB e UDN, que, inclusive, projetaram alguns líderes políticos como Valter Pecoits e Ivo Tomazoni.

Em quase todos os conflitos ocorridos no Paraná encontravam-se, de um lado, os posseiros e, de outro, os grileiros aliados à polícia. Em muitos casos, o Governo fez acordo com os posseiros, mas não os cumpriu e a única coisa que sempre fez, foi mandar tropas policiais para expulsar os posseiros e favorecer os grileiros.

O trabalho anteriormente citado avaliando a ocupação do território paranaense, ainda revela: "Na década de 1960, todo o Estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas da terra. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná tradicional que se expandiu desde o século XVIII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões campos gerais, com a criação de gado, a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; a dos agricultores e da agricultura tropical do café, que pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligadas a São Paulo; e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos, que pela origem e pelos interesses históricos se ligaram mais intimamente ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades".

É claro que a luta pela terra não terminou na década de 1960. Ela continua até hoje. Reduziu o número de posseiros, mas continua a exploração dos camponeses, cresceram os bóias-frias e agora temos os acampamentos.





### 2.3. Sindicalização dos Camponeses

Após a abertura democrática ocorrida no Brasil, com o fim da 2.ª Guerra Mundial e a eleição da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, teve grande desenvolvimento no Brasil o movimento sindical dos trabalhadores do campo e da cidade.

No Estado do Paraná teve relevância a organização dos camponeses liderados pelo Partido Comunista Brasileiro.

O 2.º e o 3.º Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas criados no Brasil, foram organizados aqui no Paraná, um em Maringá e outro em Londrina. O Sindicato criado em Maringá era dirigido pelo comunista José Rodrigues dos Santos e o de Londrina era dirigido, também, por um comunista.

O 1.º Congresso de Trabalhadores Rurais realizou-se em 1960, em Londrina, e o 2.º, em 1961, em Maringá, ambos organizados com a ajuda dos comunistas do Paraná.

Antes de 1964 foram criados e organizados no Paraná, pelos comunistas, 67 Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. Os comunistas criaram, também, a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Paraná, que teve como primeiro Presidente o comunista Antonio de Mendonça Conder.

Foram também os comunistas que criaram a CONTAG, que teve como primeiro Presidente o comunista Lindolpho Silva e como Secretário o comunista do Paraná, José Rodrigues dos Santos.

A criação de cada um dos 67 Sindicatos tem a sua história de muita luta, de muito heroísmo e de muita bravura, pois não foram poucos os obstáculos criados pelos fazendeiros, pelo Governo Estadual e por alguns padres reacionários da época.

Graças à abnegação dos comunistas paranaenses e, graças à vontade de organização e de luta dos trabalhadores agrícolas, o Paraná liderou o Brasil na grande caminhada pela Sindicalização Rural.

Este mérito ninguém tira dos comunistas. Está gravado na memória de muitos trabalhadores.

Estamos iniciando um trabalho de reconstrução histórica da organização e da luta de nosso povo para uma reflexão, no presente, e uma projeção no futuro. É necessário um estudo crítico do passado, uma avaliação das experiências vividas, para melhor avançarmos na organização e na luta dos trabalhadores e do povo.

# 3

## Realidade Atual no Paraná



### 3.1. A Concentração Fundiária no Paraná

Para se compreender o alto grau de concentração da propriedade da terra, se faz necessária uma reflexão sobre as políticas de incentivo à agricultura adotadas pelo regime militar, a partir de 1970, quando houve um enorme incremento da tecnificação do setor.

No Paraná, o número de tratores passou de 5.181 unidades, em 1960, para 18.619, em 1970 e 79.377, em 1980; o número de colhedoras aumentou de 986 unidades em 1960, para 2.509, em 1970, e 14.730, em 1980. O uso de fertilizantes químicos e

agrotóxicos aumentou intensivamente. Em 1972, entraram 52.534 toneladas de fertilizantes pelo porto de Paranaguá e, em 1980, ingressaram 568.611 toneladas (Fonte: IPARDES. *O Paraná: Economia e Sociedade*, Curitiba, 1981, pp. 25 e 26). Estes incentivos, que privilegiaram as culturas de exportação e, conseqüentemente, a grande propriedade, trouxeram um incremento na produção que cresceu de 3.394,3 mil toneladas, em 1970, para 13.890,5 mil toneladas em 1984.

O Quadro I mostra a evolução dos principais produtos agrícolas de exportação do Paraná.

Quadro I				
Evolução dos Principais Produtos Agrícolas de Exportação do Paraná				
— Em milhares de toneladas —				
PRODUTOS	ANOS	1970	1980	1984
Algodão .....		525,7	561,6	611,8
Café .....		196,0	330,6	477,7
Cana-de-açúcar ....		2.304,6	4.461,4	8.680,0
Soja .....		368,0	5.400,0	4.121,0
<b>Total</b>		<b>3.394,3</b>	<b>10.743,5</b>	<b>13.890,5</b>

Fonte: FIBGE  
Elaboração: DERAL/SEAG

Em relação à produção nacional, cabe esclarecer que o mesmo ocorreu com estes produtos. Os efeitos sociais do avanço do capitalismo no campo — através da política de incentivo às culturas de exportação e aos grandes conglomerados multinacionais e nacionais — trouxeram como consequência o agravamento de inúmeros problemas agrários. Entre eles, cumpre destacar: o êxodo rural, os agricultores sem terra, os assalariados rurais, o decréscimo da produção alimentar, a concentração fundiária, o aumento da desigualdade na distribuição da renda agrícola e a exploração do trabalho do menor e da mulher.

### 3.2. O Êxodo Rural

A análise do Quadro II demonstra que de 1940 a 1970 a taxa de crescimento da população do Paraná foi superior à do país, devido ao crescente e constante processo migratório para o Estado. De 1970 a 1980, inverteu-se a situação e o Paraná apresentou uma taxa de crescimento populacional inferior à média do país, caracterizando um processo migratório para fora do Estado.



ANO	POPULAÇÃO DO PARANÁ	POPULAÇÃO DO BRASIL	TAXA DE CRESCIMENTO/ PARANÁ	TAXA DE CRESCIMENTO/ BRASIL
1940	1.235.849	41.236.315		
1950	2.112.893	51.944.397	5,51	2,39
1960	4.268.239	70.070.457	7,28	2,99
1970	6.929.868	93.139.037	4,98	2,89
1980	7.630.466	119.070.865	0,97	2,48

Fonte: FIBGE

Aproximadamente 600 mil paranaenses deixaram o Estado entre 1970 e 1980. Esta migração processou-se em duas direções bem caracterizadas: para os centros industrializados, principalmente São Paulo, e as novas fronteiras agrícolas (Região Norte, Paraguai e Bolívia).

No Quadro III, onde se compara a popula-

ção urbana e a população rural do Brasil e do Paraná, localiza-se a origem deste fluxo migratório: O MEIO RURAL. E, como se constatará mais adiante, este contingente migratório é, basicamente, constituído de ex-pequenos proprietários, antigos parceiros, meeiros etc., ou seja: da população marginalizada do meio rural.

ANO	BRASIL		PARANÁ	
	População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural
1940	31%	69%	24%	76%
1950	36%	64%	25%	75%
1960	45%	55%	32%	67%
1970	56%	44%	36%	64%
1980	67%	32%	79%	21%

Fonte: FIBGE

Os dados compreendidos no período de 1970 a 1980 identificam um violento processo de êxodo rural combinado com uma baixíssima taxa de crescimento demográfico e com uma elevada taxa de concentração urbana. Entre todos os Estados da Federação, foi o Paraná aquele que sofreu a maior perda populacional no meio rural, atingindo 28,7%, percentual que corresponde a 1 milhão e 300 mil pessoas. Estes dados, na visão do Partido Comunista Brasileiro, se constituem, na prática, numa clara e evidente política agrícola e agrária voltada contra os interesses das classes trabalhadoras. É a comprovação das nossas afirmações e análises críticas em que apontávamos a fragilidade e o caráter de classe das ações dos governos ditatoriais que se sucederam, principalmente de Castelo a Figueiredo.

### 3.3. Os Agricultores sem-terra e os

#### Assalariados Rurais

O meio rural paranaense, nas últimas décadas, passou a conviver com mais duas novas categorias rurais: os agricultores sem-terra e os assalariados rurais. O nível e condição de vida destes novos personagens do meio rural são as mais trágicas e aviltantes que possa imaginar. Perderam a sua identidade, pois faltam-lhes um dos fatores básicos de produção que os identificava e integrava: a terra. A atual situação social dos assalariados arrancou-lhes, violentamente, sua antiga condição de trabalhadores rurais. Este quadro de tragédia e abandono é o sustentáculo de suas péssimas condições de moradia, de transporte, sem o mínimo de segurança, de leis traba-

lhistas não respeitadas, de trabalho para apenas a metade dos dias úteis do ano, subnutrição, doenças, alto índice de mortalidade infantil, crianças que deixam de frequentar a escola para vender sua força de trabalho, desagregação familiar com as moças se prostituindo e os jovens se tornando pivetes nos grandes centros urbanos, etc.

Segundo a socióloga Maria Conceição D'Incao em A Questão do Bóia-Fria — (Ed. Brasiliense) — analisando a situação dos bóias-frias, na qual podemos incluir também os agricultores sem-terra, afirma que eles são "... os grandes perdedores tanto da luta pela terra, quanto da luta pelo emprego urbano e incorporados ao processo produtivo agrícola como opção mais barata do que a máquina, são, enquanto classe trabalhadora, uma das expressões mais claras dos elevados custos sociais da via de desenvolvimento econômico que vem sendo empreendido no país".

O modelo de desenvolvimento econômico, excludente e concentrador — e que ainda persiste pois é intrínseco à etapa do capitalismo monopolista que o Brasil atravessa — foi o responsável pelo crescimento e pela situação dos assalariados rurais e pelos agricultores sem-terra, porque: o processo de modernização da agricultura provocou a concentração fundiária, a tecnificação das lavouras e a consequente diminuição do número de meeiros, parceiros, agregados, etc., e, além disso, provocou os alagamentos pelas barragens.

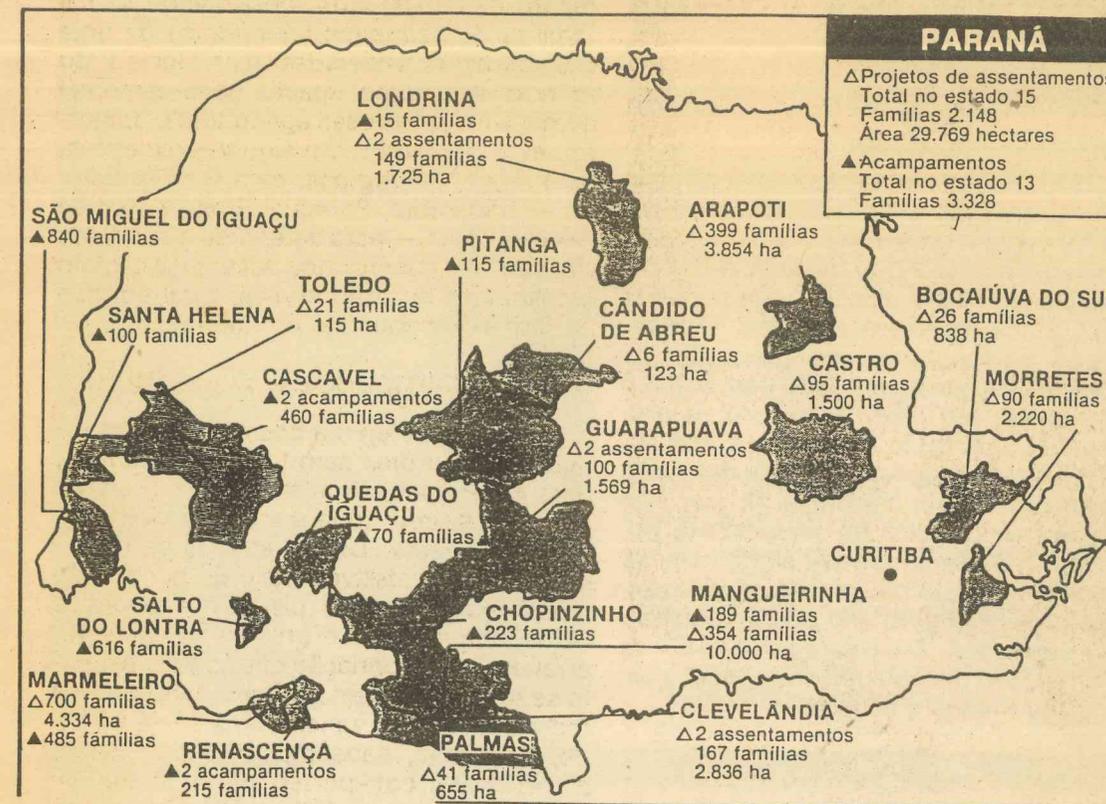
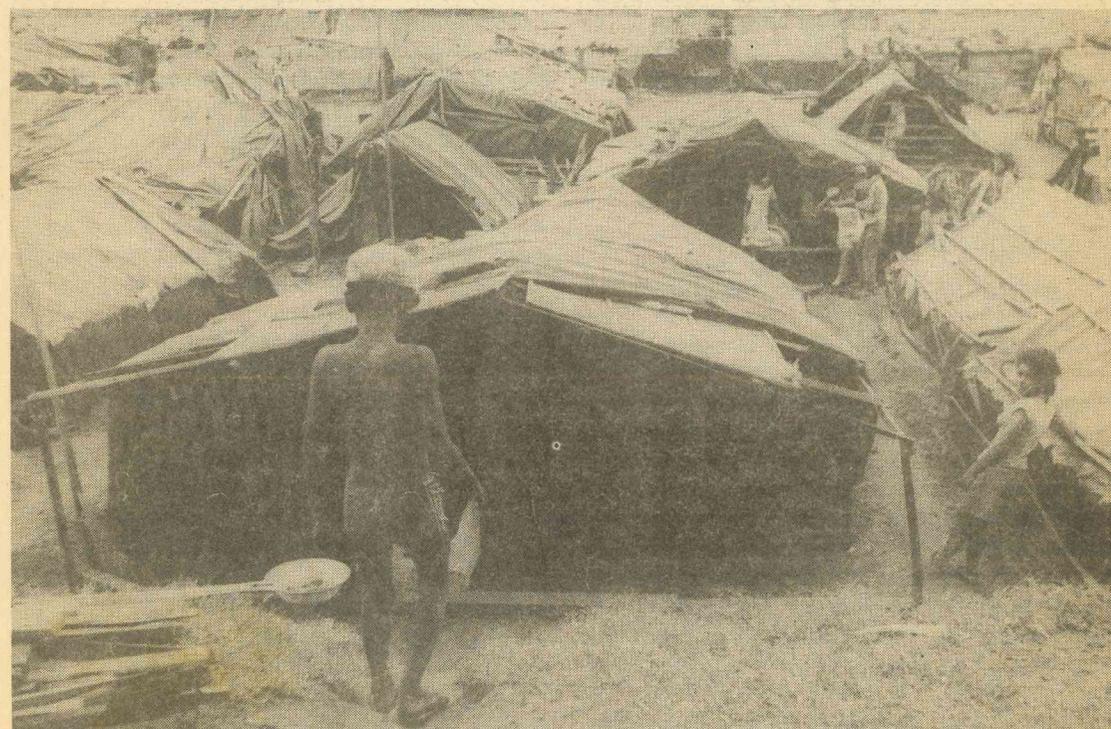
No Paraná, foram inundados, até 1985, aproximadamente 3.354,09 km<sup>2</sup>, de terras férteis para darem lugar às hidrelétricas. Até 1990, deverão ser inundadas mais 3.828,40 km<sup>2</sup> de terras do Estado. A hidrelétrica de Itaipú foi responsável pelo alaga-



mento de 835,00 km<sup>2</sup>, desalojando 42 mil famílias de pequenos agricultores de uma das terras consideradas mais férteis do mundo. A despreocupação governamental com a situação desses agricultores, empurrou estas famílias, com algumas exceções, para diferentes regiões: para fora do Estado — São Paulo, Paraguai, Bolívia, Região Norte do país — para a periferia das nossas cidades, ou transformou estas pessoas em assalariados no próprio meio rural em que haviam sido pequenos produtores.

### 3.3.1. Acampados e Assentados

Dentro da categoria dos assalariados rurais e agricultores sem-terra destacam-se, hoje, no Paraná, os acampados e assentados, que sofrem toda a sorte de violência, direta e indireta. Direta, através de intimidações pelos efetivos policiais cumprindo mandatos judiciais e pistoleiros alugados pelos latifundiários e grileiros, e, indireta, através da expropriação das condições, para se ter uma existência digna, tais como: a moradia, salários justos, assistência à saúde, educação, saneamento básico, lazer, alimentação, transportes, etc. O mapa em anexo, bem como a Tabela I ilustram a gravidade da situação do meio rural paranaense, principalmente em relação aos assentados que estão sendo jogados nas piores áreas de terra do Paraná.



Fonte: Jornal Sem-Terra, nº 49

Tabela 1

PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL NO PARANÁ — (NOVEMBRO/85)

NOME DO PROJETO	ANO DE IMPLANT.	RESPONSAB.	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS BENEFIC.	FASE	ORIGEM DAS FAMÍLIAS
POTY I	1982	INCRA	Arapoti	3.822	419	3ª safra	Itaipu
POTY II	1982	INCRA	Toledo	115	21	3ª safra	Itaipu
CAVERNOSO I	1983	INCRA	Guarapuava	396	32	2ª safra	MASTRO
ABAPAN	1984	Estado	Castro	1.452	87	1ª safra	Ilhéus/MASTRO
COLÔNIA "E"	1984	Estado	Bocaiúva do Sul	882	26	1ª safra	MASTRO/MASCREN
ILHA DAS FLORES	1984	Estado	Cândido de Abreu	122	06	1ª safra	SEM-TERRA
PASSO FUNDO	1984	INCRA	Palmas	654	40	1ª safra	Ilhéus
BUTIÁ	1984	INCRA	Clevelândia	938	70	1ª safra	Ilhéus
CAVERNOSO II	1984	INCRA	Guarapuava	1.172	55	1ª safra	Ilhéus
SERRANO	1984	INCRA	Clevelândia	1.840	160	1ª safra	Ilhéus
TAMARANA	1984	Estado	Londrina	121	14	1ª safra	SEM-TERRA
VITÓRIA DA UNIÃO	1985	INCRA/Estado	Mangueirinha	1.000	376	Em Impl.	MASTRO/MASTES
APUCARANINHA	1985	INCRA	Londrina	1.651	105	Em impl.	Posseiros/S. Jerônimo
NUNDIAQUARA	1985	INCRA/Estado	Morretes	1.542	80	Em impl.	MASTEL
XAGÚ	1986	INCRA/Estado	Laranjeiras do Sul	2.425	—	Projeto em Elaboração	MASTES
JACIRETÃ	1986	INCRA/Estado	Renascença	2.201	—	Projeto em Elaboração	MASTES
BUGRE	1986	INCRA/Estado	Chopininho	565	—	Projeto em Elaboração	MASTES
<b>TOTAL</b>				<b>29.898</b>	<b>1.491</b>		

Fonte: ITCF/SEAG

### 3.4. Decréscimo da Produção Alimentar

De 1970 a 1984 o crescimento da produção das culturas voltadas ao abastecimento popular foi mínimo em termos absolutos, pois a produção nacional que foi de 56.872,2 mil toneladas em 1970 e alcançou tão somente 57.742,00 mil toneladas em 1984. O Paraná, que aumentou a sua produção de 7.691,2 mil toneladas em 1970 para 9.156,6 mil toneladas em 1984, decresceu na produção de arroz, feijão e mandioca. Em termos relativos, o decréscimo na produção de alimentos foi considerável já que não acompanhou o índice de crescimento populacional, o que se agrava ainda mais ao considerarmos que houve uma grande perda, de um modo geral, no poder aquisitivo dos assalariados. Os Quadros IV e V nos dão uma visão da situação da produção alimentar no Paraná e no Brasil.



Quadro IV

*Evolução da Produção das Culturas de Consumo Interno*  
— PARANÁ — Em 1.000 Ton.

PRODUTOS	1970	1980	1984
Arroz .....	590,2	638,0	242,5
Batata .....	410,0	521,7	509,6
Feijão .....	729,7	462,2	471,7
Mandioca .....	2.118,7	907,3	1.446,2
Milho .....	3.559,3	5.467,0	5.400,00
Trigo .....	283,3	1.350,00	1.086,0
<b>Total .....</b>	<b>7.691,2</b>	<b>9.346,2</b>	<b>9.156,6</b>

Fonte: FIBGE  
Elaboração: DERAL/SEAG

Quadro V

*Evolução na Produção das Culturas de Consumo Interno*  
— Brasil — Em 1.000 Ton.

Produtos	1970	1980	1984
Arroz.....	7.553,0	9.775,7	9.039,2
Batata.....	1.583,4	1.939,5	1.901,8
Feijão.....	2.211,4	1.968,1	2.674,4
Mandioca.....	29.464,2	23.465,6	21.031,6
Milho.....	14.216,0	20.362,0	21.117,2
Trigo.....	1.844,2	2.701,6	1.977,8
<b>Total.....</b>	<b>56.872,2</b>	<b>60.222,5</b>	<b>57.742,0</b>

Fonte: FIBGE  
Elaboração: DERAL/SEAG



### 3.5. A Concentração Fundiária no Paraná

Os efeitos da política agrícola do período ditatorial (1964 - 1985) — e que ainda persistem — são evidenciadas quando analisamos o grau de concentração da propriedade da terra. No período de 1970-1980, o Paraná se caracterizou pela alta concentração fundiária, índice que superou a média nacional. No Quadro VI e VII, oferecemos uma ilustração do grau de concentração da propriedade da terra.

Quadro VI

*Paraná: Número de Estabelecimentos Agrícolas Existentes, Por Estratos de Área, Nos Anos de 1970 e 1980*

Estratos (ha)	Estabelecimentos Existentes n.º	Em 1970 (%)	Estabelecimentos Existentes n.º	Em 1980 (%)
0 - 20	422.300	72,2	320.000	70,4
20 - 50	91.600	16,5	85.200	18,7
50 - 100	22.300	4,0	25.300	5,6
100 - 1000	17.200	3,1	22.600	5,0
- 1000	1.100	0,2	1.600	0,3
<b>Total</b>	<b>554.500</b>	<b>100,0</b>	<b>454.700</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário — 1980

Quadro VII

*Cadastro de Imóveis Rurais do Paraná — 1985 (Ano Base — 1984)*  
(Área total de distribuição das áreas aproveitadas — dados preliminares)

Categoria do Imóvel	Área Total ha	Área Aproveitável Total ha	Área Explorada ha	Área Aproveitável Não Explorada ha
Minifúndio	2.664.038,0	2.465.215,8	1.979.935,6	485.280,2
Empresa Rural	6.636.466,7	5.744.131,7	5.607.495,5	136.636,2
Latifúndio por Exploração	9.689.798,6	8.446.941,2	6.004.527,8	2.442.413,4
Latifúndio por Dimensão	533.264,0	394.666,7	231.117,5	163.549,2
Não Classificados	35.666,6	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>19.559.231,9</b>	<b>17.050.955,4</b>	<b>13.823.076,4</b>	<b>3.227.879,0</b>

Fonte: Incra — Cadastro Rural — 1985

Abaixo os dois quadros VIII e IX permitem uma visão melhor de como as políticas de incentivo à agricultura das duas últimas décadas penalizaram as pequenas propriedades rurais, provocando o desaparecimento de 109.002 estabelecimentos de até 50 ha, 102.605 dos quais com menos de 20 ha.

Quadro VIII

Número de Estabelecimentos Agrícolas no Paraná — 1970 — 1980

Dimensão (Em ha)	1970	1980	Variação absoluta	Variação relativa
- de 20	422.293	319.688	- 102.605	- 24,30%
20 a 50	91.604	85.207	- 6.397	- 6,99%
50 a 100	22.311	25.131	+ 2.820	+ 11,23%
100 a 500	15.608	20.081	+ 4.473	+ 22,28%
+ de 500	2.637	3.805	+ 1.168	+ 30,70%
Sem Declaração	35	191		
<b>Total</b>	<b>554.488</b>	<b>454.103</b>	<b>- 100.385</b>	<b>- 18,11%</b>

Fonte: FIBGE

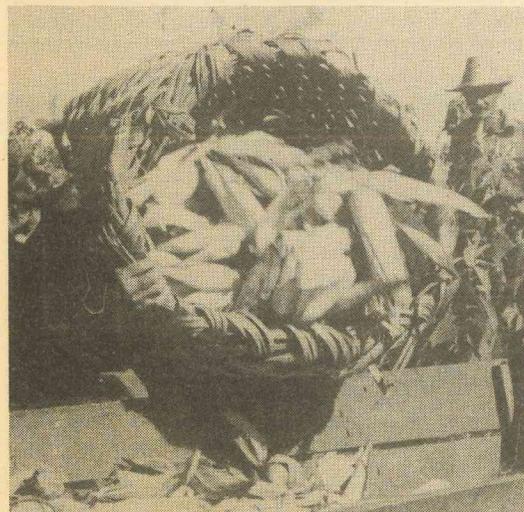
Quadro IX

Distribuição da Terra no Paraná — Em ha

Dimensão (Em ha)	1970	1980	Variação absoluta	Variação relativa
- de 20	3.344.455	2.593.341	- 751.114	- 22,00%
20 a 50	2.767.110	2.624.617	- 142.493	- 5,15%
50 a 100	1.560.825	1.758.793	+ 197.968	+ 11,26%
100 a 500	3.136.133	4.688.269	+ 957.136	+ 23,42%
+ de 500	3.822.007	5.315.296	+ 1.493.289	+ 28,10%
<b>Total</b>	<b>14.625.530</b>	<b>16.380.332</b>	<b>+ 1.754.802</b>	<b>+ 10,72%</b>

Fonte: FIBGE

Obs.: Área total: 19 milhões de ha.



### 3.6. O aumento da Desigualdade na Distribuição da Renda Agrícola

O modelo concentrador-exportador do período ditatorial Castelo-Figueiredo tornou os pobres mais pobres e os ricos cada vez mais ricos. Em 1960, a metade mais pobre da população brasileira detinha 4% da renda nacional; já em 1985, esta renda é menor que 3%. Os 10% mais ricos que em 1960, detinham 39% da riqueza nacional, hoje detêm 51%. Segundo o "Relatório sobre o Desenvolvimento do Mundo", do banco Mundial — Ano 1981, dos 32 países analisados, somos o único país em que a



participação dos 10% mais ricos da população na renda nacional é maior do que a metade do total da renda anualmente gerada no país. Neste panorama que vislumbra a péssima distribuição da renda no Brasil, segundo dados do IBGE, verifica-se que esta desigualdade também está presente no meio rural. Os 50% mais pobres viram diminuída a sua participação na renda do setor rural, passando de 22,4% em 1970, para 14,9% em 1980. Os grandes latifúndios, que representam apenas 1% do setor, triplicaram a sua participação na renda do setor rural, passando de 10,2% em 1970, para 29,3% em 1980. Em resumo: os ricos ficaram duas vezes mais ricos e os muito ricos no meio rural ficaram três vezes mais ricos

nos últimos 10 anos e os pobres se miserabilizaram.

### 3.7. A Exploração do Trabalho do Menor e da Mulher

A exploração capitalista no campo, no Estado do Paraná se evidenciou, com grande crueldade na exploração do trabalho do menor e da mulher. O menor e a mulher sofrem dupla exploração na medida em que prestam um mesmo serviço que o homem e recebem a metade do salário destinado a este e, em alguns casos, até menor que a metade. O dia-a-dia no campo não é fácil

para a mulher, além de todas as atividades executadas, ela desempenha as tarefas inerentes à condição de dona-de-casa: é responsável pela manutenção do lar e criação da prole. Cuida dos filhos e garante a sua subsistência. Nos países subdesenvolvidos os serviços de extensão rural e os programas de pesquisa são planejados por homens e a eles destinados, relegando a mulher a um segundo plano. A discriminação é evidente. A mulher não tem direitos a títulos de posse, nem a créditos e subsídios.



O maior número de analfabetos se encontra entre as mulheres, o que evidencia as dificuldades de acesso à educação. Conforme dados dos censos de 1980, da população rural com mais de 10 anos, apenas 11,9 por cento dos homens e 7,5 por cento das mulheres tinham escolaridade acima de 4 anos e 29,1 por cento dos homens e 33,2 por cento das mulheres tiveram até 1 ano de instrução escolar.

Para melhor ilustrar o nível de discriminação, das 63 cooperativas existentes no Paraná, não consta nenhum cargo de diretoria ocupado por mulher.

Dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, apenas 11 mulheres ocupam cargos de Diretorias, sendo 2 Presidentes, 4 Tesoureiras e 5 Suplentes dos Conselhos Fiscais.

A legislação, no meio rural, é omissa, pois a previdência social rural não oferece à trabalhadora assalariada (volante, bóia-fria, etc), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, auxílio maternidade, salário maternidade (licença de gestação). A aposentadoria só é concedida por invalidez ou velhice aos 65 anos de idade e representa apenas 50 por cento do maior salário mínimo do país. Como trabalhadora junto à família, a aposentadoria só é concedida se ela for chefe ou arrimo de família. Nesse ponto há uma incoerência entre a legislação trabalhista e previdenciária do país, pois o Ministério do Trabalho assegura o direito do registro em carteira de trabalho, enquanto que a previdência social não concede o direito à aposentadoria nos mesmos termos da trabalhadora urbana e tão-somente nos casos já citados. Mesmo o auxílio funeral só é dado por morte do chefe da família. Nós Comunistas, entendemos e defendemos radicalmente uma justa e efetiva igualdade entre homens e mulheres, na produção e consumo de alimentos, bem como a sua integração nos projetos técnicos, por mais sofisticados que eles sejam. Os programas não podem favorecer mais aos homens do que às mulheres, quando introduzirem novos métodos e tecnologias, para que elas possam deixar de ser comandadas e para que abandonem as atividades passivas e submissas e tenham influência nas decisões. Somente quando deixarem de ser apenas coadjuvantes, elas terão o seu trabalho reconhecido. Só desta maneira, entendem os Comunistas do Partido Comunista Brasileiro, será possível assegurar a alimentação dos cinco novos brasileiros que, a cada minuto, sentam-se à mesa.



## 4 Considerações sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária

Sintetizar o Plano Nacional de Reforma Agrária se constitui numa tarefa estafante e implicaria em pecarmos pelas reduções que, necessariamente, teríamos que fazer. Entendem os Comunistas que é dever de todo o militante estudar e conhecer o Plano Nacional de Reforma Agrária, entretanto, cabe uma pequena consideração sobre o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, assinado pelo Presidente José Sarney, em 10 de outubro de 1985.

O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária é um documento muito aquém do esperado por todas as forças que têm consciência da gravidade da questão fundiária no país.

Informações dignas de crédito asseguram que o texto assinado (vide Voz da Unidade n.º 271) pelo Presidente da República só teve a sua redação final concluída na madrugada do mesmo dia 10, configurando-se a décima versão do plano originalmente publicado em maio.

Basta este dado para que se tenham uma idéia de como funcionou a pressão conservadora, corporificada em 'lobbies' que forçaram — com inegável êxito — tanto que conseguiram a queda de secretários de

agricultura, do próprio presidente do INCRA e outros funcionários graduados do governo, que lutavam por uma Reforma Agrária "radical".

Uma análise, ainda que rápida e nada exaustiva, do texto legal mostra que ele está muito distanciado do que deveria ser — instrumento para reformar minimamente a nossa estrutura fundiária. A sua debilidade mais flagrante reside em que — contrariando prescrições do mesmo Estatuto da Terra — não fixa as áreas prioritárias para a reforma agrária. Por outro lado, a determinação de que a efetivação dos planos regionais só se opere após a sua aprovação pelo Presidente da República, implica numa centralização que, de fato, dilui e esvazia o papel tanto do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário — MIRAD — quando do INCRA. E, essencialmente, o Plano Nacional de Reforma Agrária deixa de fora a desapropriação, pelo poder público, do chamado latifúndio por extensão.

Na mesma diretriz conservadora, o Plano Nacional de Reforma Agrária, por omissão, deixa aberta a chance de derrogar o decreto 55.891/66, que previa na ausência de um plano de reforma definido e preciso, a pos-

sibilidade de o poder público decretar o caráter emergencial de uma área determinada e ali intervir para alterar o perfil da propriedade.

Contudo, apesar desses aspectos que evidenciam a dimensão conservadora que acabou prevalecendo no PNRA, ele não deve ser condenado como um todo. Reconhecemos que ele permite perspectivas de avanço prático no rumo da Reforma Agrária necessária. São exemplos disso a recente aprovação de vários Planos Regionais, inclusive o do Paraná, bem como a criação da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários pelo Governo Estadual, destinada a executar a Reforma Agrária no Paraná, conforme já apontava a Resolução da Comissão Diretora Nacional Provisória do PCB em fins de 1985.

Trata-se, porém, de um episódio: a batalha pela reforma agrária apenas se eleva a um novo patamar. E os espaços de luta estão abertos: há que explorá-los com decisão e consequência.



## 5 As propostas do Partido Comunista Brasileiro — PCB

5.1. Plano de Emergência para o Paraná Entendem os Comunistas do Partido Comunista Brasileiro — PCB, que o Paraná já reúne todas as condições para a implantação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA — e que é necessário rapidamente pôr em prática um Plano de Emergência contemplando as seguintes prioridades:

- a) Acelerar o processo de assentamentos nas áreas já desapropriadas no Paraná;
- b) Revisão imediata dos assentamentos existentes no Paraná, executados no período ditatorial e que confinaram os agricultores em áreas impróprias à agricultura, a exemplo do Projeto Poty — em Arapotí e Bocaiúva do Sul — com a participação efetiva dos agricultores nos processos de seleção das novas áreas;
- c) Que o Governo do Paraná coloque toda a sua infra-estrutura de apoio logístico a serviço do Plano de Emergência, tais co-

mo: educação, saúde, transporte, agricultura a exemplo do que faz com os grandes proprietários;

d) Enquanto persistir a atual disposição legal que impede o Governo Estadual de ser o agente executor da reforma agrária, este deve garantir que os acampados não sejam despejados e deve desapropriar áreas para criar fazendas experimentais e nelas assentar provisoriamente os acampados, concedendo-lhes a "concessão real de uso".

5.2. Execução urgente da alínea b) do item 2.4., que determina a cobrança executiva do Imposto Territorial Rural em atraso, das propriedades rurais de mais de 100 hectares.

5.3. Fim da violência policial, com a intervenção do exército e policiais militares no desarmamento imediato das milícias rurais organizadas contra a Lei e os Direitos Hu-

manos, pelos grandes proprietários rurais, latifundiários, grileiros e apuração com punição dos crimes praticados contra os posseiros, sindicalistas, sacerdotes e advogados trabalhistas.

5.4. Cumprimento e execução da Carta de Princípios do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado em Brasília, no período de 25 a 30 de maio de 1985.

5.5. Respeito às áreas indígenas e que a FUNAI seja um instrumento de defesa dos índios e não dos grileiros e grandes proprietários (a exemplo dos Slavieros em Manguairinha).

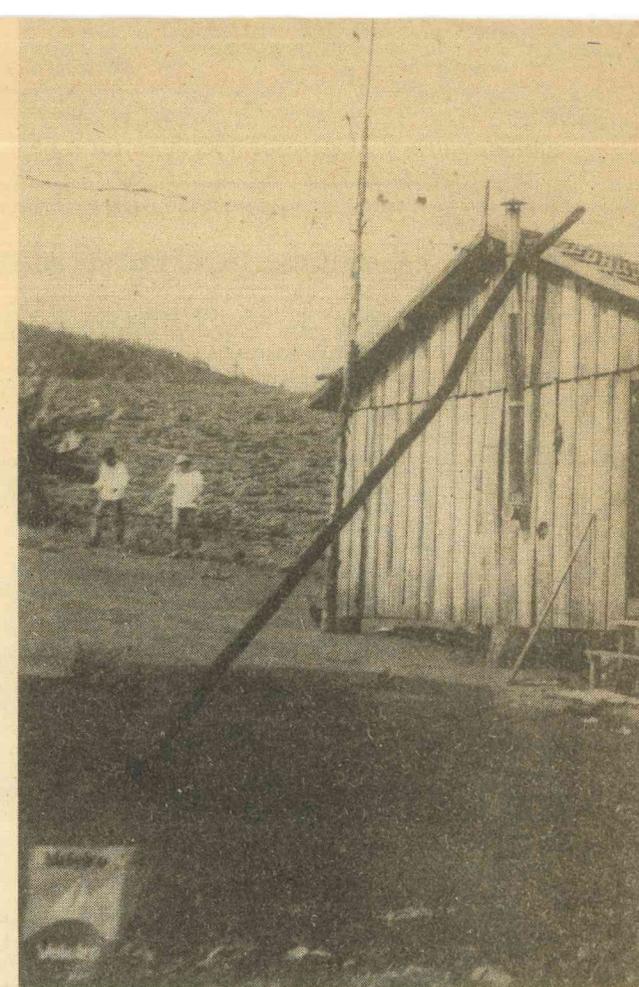
5.6. Denunciar as investidas maliciosas da Federação da Agricultura do Estado do Paraná — FAEP e Tradição-Família e Propriedade — TFP, contra a Reforma Agrária e os interesses dos trabalhadores no campo, propondo medidas enganosas, tais como: ocupação das áreas de segurança das barragens (ex.: Itaipu) e das faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem — DER e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER.

5.7. Moratória Unilateral aos Agricultores Atingidos pela Seca.

Entendem os Comunistas, por moratória unilateral, aquela que beneficia única e exclusivamente os pequenos agricultores, que jamais tiveram privilégio algum. Os grandes proprietários e empresas rurais sempre se beneficiaram dos incentivos governamentais, inclusive no desvio de recursos para o mercado financeiro e outras falcatruas, a exemplo do "calcáreo papel", "adubo papel", "trigo papel", etc., e até hoje impunes.

5.8. Punição imediata aos agentes financeiros que estão executando os pequenos agricultores com o único objetivo de lhes confiscar a terra. O Governo da Nova República que até agora não implementou as medidas da Reforma Agrária não pode mais permitir que se "crie" mais sem-terras, bóias-frias e marginalizados que estão sendo expropriados pelos banqueiros.

5.9. Apoio agora e na Constituinte para a adoção do critério do "valor tributável" para o pagamento das indenizações, ou seja, que o imóvel expropriado seja pago pelo governo, com base no valor que o respectivo proprietário lhe atribui quando do pagamento do Imposto Territorial Rural.



5.10. Apoio à luta da sociedade paranaense pelo pagamento de *Royalties* pelo alagamento das terras pelas hidrelétricas.

5.11. Ajudar na luta para apressar a concessão de títulos de propriedade a todos os posseiros do Paraná.

5.12. Incentivar e ajudar os Sindicatos e a Federação dos Trabalhadores Agrícolas na luta pela aplicação do Programa de Reforma Agrária do Governo, procurando melhorá-lo e ampliá-lo, de acordo com os interesses dos camponeses.

5.13. Influir para que os trabalhadores que exercem profissão de tratoristas, motoristas, operadores de máquinas no meio rural, sejam registrados na Carteira Profissional, pelas suas respectivas profissões e não apenas como "trabalhadores Rurais Braçais", como vem sendo feito.

5.14. Incentivar os bóias-frias para que se organizem e lutem pela aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias.

Curitiba, março/1986.

## Livros novos - Novos Rumos Cultura, política e Marxismo

Edições **NR** Adquira pelo Reembolso Postal as publicações da NR. A teoria marxista por autores nacionais e estrangeiros. História e Filosofia.

### LISTA DE PREÇOS MAIO/86

1 - Formação Política de Astrojildo Pereira .....	Cz\$ 25,00
2 - URSS, ITÁLIA, BRASIL - Astrojildo Pereira .....	Cz\$ 35,00
3 - Revista Novos Rumos N° 1 .....	Cz\$ 60,00
4 - Revista Novos Rumos N° 2 .....	Cz\$ 60,00
5 - O PCB na Assembléia Constituinte de 1946 .....	Cz\$ 75,00
6 - Bulgária - Presente, Passado e Futuro .....	Cz\$ 20,00
7 - O PCB na Luta pela Democracia .....	Cz\$ 15,00
8 - Programa, Manifesto, Estatuto .....	Cz\$ 5,00
9 - O PCB nas Ruas e no Coração do Povo .....	Cz\$ 5,00
10 - Revista Problemas N° 10 .....	Cz\$ 20,00
11 - Revista Problemas N° 11 .....	Cz\$ 20,00
12 - Revista Problemas N° 12 .....	Cz\$ 20,00
13 - Revista Problemas N° 14 .....	Cz\$ 20,00
14 - Revista Problemas N° 15 .....	Cz\$ 20,00
15 - Direito Sindical e Luta de Classes .....	Cz\$ 50,00
16 - Problemas da Paz e do Socialismo N° 1 .....	Cz\$ 50,00
17 - Problemas da Paz e do Socialismo N° 2 .....	Cz\$ 50,00
18 - Questões Históricas e Atuais do PCB .....	Cz\$ 20,00
19 - Enrico Berlinguer e a Evolução Política do PCI .....	Cz\$ 25,00

à Editora Novos Rumos Ltda. Rua Sete de Abril, n° 230 - bloco B, 13° andar - cj. 133 - CEP: 01044 - São Paulo - SP.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19

Nome .....

Endereço .....

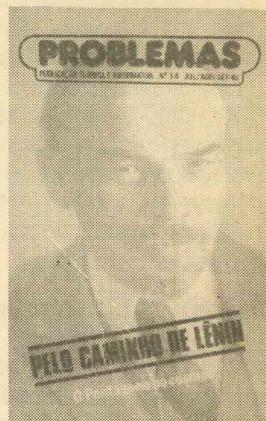
Bairro .....

Cidade .....

CEP .....

Telefone .....

Assinatura .....



## Proposta do PCB para a Constituinte Novos rumos, uma constituição nova para o Brasil

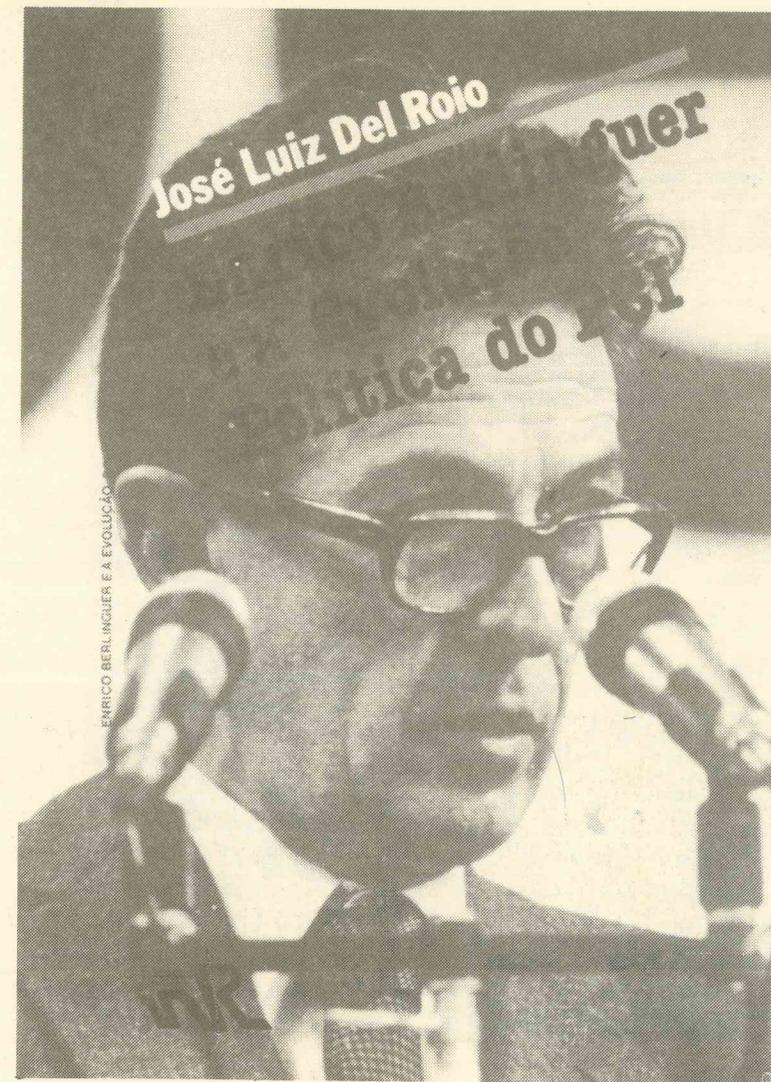
Edições **NR**

### ASSINE A VOZ

A análise dos fatos nacionais e internacionais está na Voz da Unidade, o jornal dos comunistas para todos os brasileiros. Seis anos ao lado dos trabalhadores, lutando pela democracia e socialismo.

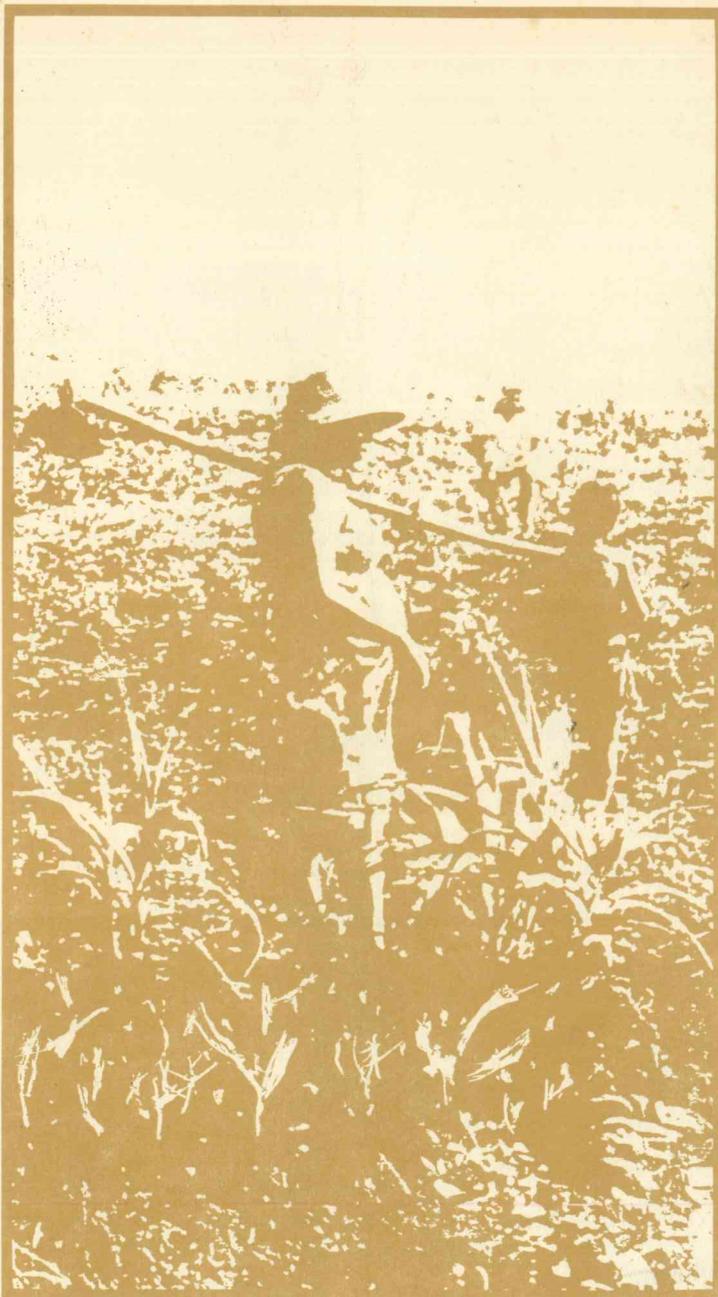
E fácil assinar a Voz da Unidade. Basta enviar este cupom com um cheque nominal para: Editora Novos Rumos Ltda.

Anexo cheque n° .....	Banco .....
<input type="checkbox"/> Semestral (28 números) .....	Cz\$ 55,00
<input type="checkbox"/> Anual simples (52 números) .....	Cz\$ 100,00
<input type="checkbox"/> Anual de apoio (52 números) .....	Cz\$ 150,00
<input type="checkbox"/> Bienal simples (104 números) .....	Cz\$ 190,00
<input type="checkbox"/> Bienal de apoio (104 números) .....	Cz\$ 250,00
<input type="checkbox"/> De honra (104 números) .....	Cz\$ 450,00
Nome .....	
Endereço .....	
Bairro .....	Cidade .....
CEP .....	Estado .....
Telefone .....	Data .....
Assinatura .....	



Publicação Novos Rumos

Fotos/Capa: Simone Biehler



---

Direção Estadual do PCB  
Rua Mariano Torres, 714  
CEP. 80.000  
Curitiba/PR

---